



CADERNO DE TESES

Unir para Construir...

- Programa para Todos – Pela Inclusão das Lutas Anti - Racismo no Projeto de Transformação Social do Brasil a ser desenvolvido pelo Partido dos Trabalhadores

A Conferência Mundial contra o Racismo Xenofobia e formas correlatas de Intolerância

01. A Conferência em Durban foi um divisor de águas na compreensão da luta internacional que temos que travar em relação ao racismo.
 02. As reivindicações mais radicalizadas foram suprimidas da pauta oficial avançamos em um acordo mundial em que algumas reivindicações que não polemizavam com os poderes instituídos.
 03. Reparações um dos temas polêmicos não recebeu o tratamento adequado. Mesmo o projeto de ações afirmativas apontado em acordo verbal de defesa por parte do governo brasileiro sofreu recuo devido às pressões internacionais como as EUA.
 04. A saída de Israel e dos EUA da Conferência demonstra o pequeno grau de tolerância que os EUA tem em relação à questão negra, em publicação em jornal foi demonstrada a importância que o governo Bush, em discurso na Casa Branca antes da abertura da conferência usou várias vezes o verbo denegrar (denegrir), verbo que o movimento negro norte americano colocou na lista das palavras utilizadas por racistas. Além deste fato Bush proibiu a ida do comandante maior da segurança americana Colin Powell o ícone negro a comparecer a conferência. Entrou de sola no conflito Israel versus Árabes.
 05. Em resumo esta conferência mostrou que podemos estabelecer uma luta internacional, que devemos aprofundar a nossa luta por políticas públicas para população negra no Brasil.
 06. Avançar para valer em um projeto de reparações e minimamente estabelecer um processo de Ações Afirmativas na área educacional e trabalhista para estabelecer princípios de acessos possíveis para população negra.
 07. Ações que visem também a proteção e direito de crescimento a nossos jovens, a Educação pública em nosso país vai de mal a pior, a escola estabelece a alfabetização mínima sem informação há poucos dias vimos o veto do Presidente FHC as disciplinas de sociologia e filosofia, talvez ele tenha ouvido Caetano Veloso « que diz que, só é possível filosofar em alemão ». Em nosso entendimento o presidente pensa, quanto menos informado melhor, um pensamento eivado de preconceitos herança de 400 anos de escravidão, pois se é o povo pobre e preto que frequenta as escolas publicas para que melhore-las.?
 08. Outro aspecto de racismo subliminar foi à discussão de anti - doping nas escolas de ensino médio e a redução da idade penal, estas ações que parecem ser coisas diferentes no fundo trazem o preconceito civil, o que separa o que é juventude utilizável é o que é juventude descartável.
 09. As nossas crianças que estão em situação de risco assumem o «status» da marginalidade.
 10. É a forma cruel de excluir, por isso precisamos de medidas radicais de proteção a infância e adolescência e como políticos não podemos nos furtar deste debate.
 11. A educação vista pelos liberais, deixa para a piedade e ao voluntariado cristão as ações que seriam prioridades do governo, abdicam com prazer destas tarefas, deste modo fazem a seleção natural de quem vale a pena investir. Eugenismo. Por isso é mister nossa intervenção em políticas específicas para a população negra, para que avancemos na reconstrução com equidade de uma nova nação.
- « Aquele que é bom mesmo sendo escravo será livre, mas aquele que é mau mesmo sendo livre é escravo...»**
- Pensamento de Sto. Agostinho.**
12. Outro fato divisor de águas neste segundo semestre foi o ataque terrorista sem rubrica aos EUA.
 13. O símbolo de pujança americana, do extraordinário apego ao capitalismo foi destruído em segundos, a tragédia levou uma porção de inocentes e estrangeiros, e o ataque foi oportunista os terroristas utilizaram da própria tecnologia americana e com facas materiais rudimentares de coerção bélica colocaram a segurança americana em cheque.

14. O Islã hoje passa a ser entendido como o grande vilão que dá guarida ao grande terrorista Bi Laden.
15. A pouca informação sobre o povo islâmico, reduz tudo a uma luta maniqueista da luta do bem contra mal e dá direito ao EUA de extermínio do povo Afeganistão, pois a perseguição a Bi Laden já fez suas primeiras vítimas no Afeganistão, entre os alvos foi incluída a perna direita de jovem vendedor de sorvete, crianças e alguns membros ONU que prestavam serviços humanitários. Esta guerra esconde algo cruel, não é uma guerra santa, ela esconde o desrespeito à autodeterminação dos povos, ao falta de respeito aos diferentes. O insano Bi Laden quando fala que é uma guerra de quem crê em Deus contra os que não crêem, não é menos insano que o presidente dos EUA, quando mistura terrorismo com conceitos religiosos e culturais e se denomina o bem do mundo. Hoje com as ações desenvolvidas pelo os EUA desqualifica uma busca ao terrorismo internacional e se projeta como uma guerra com interesses econômicos e de expropriação da autodeterminação dos povos islâmicos. Não é uma Guerra Santa, como a que foi instituída antes de Cristo entre Judeus e Muçulmanos, ele projeta uma série de fatores que estabelecerão no futuro relações delicadas entre o Oriente e Ocidente com reflexos em nossa mãe África. Desta forma temos que estabelecer canais de discussão sobre esta guerra, sobretudo sobre as discussões conceituais do que é, e como funciona este conceito de guerra santa. Entendemos a dor do povo norte americano e de todas as vítimas do 11 de setembro, mas entendemos que a muito o EUA estabelece uma ação de ingestão em outras nações e de acordo com seu interesse estabelece ligações perigosas, como as que estabeleceu com o próprio Bi Laden no passado para se interpor entre a luta da União Soviética em relação ao Afeganistão. Passando a Bi Laden conceitos bélicos que hoje ele utiliza contra os EUA.
16. Esta guerra não é Santa é perigosa, pois envolvem vários conceitos que podem desembocar em uma guerra étnica de definição de mundo e visão do bem e do mal.

I. Que país é esse...

17. *..Se fizermos um pequeno passeio pela história do Brasil, percebemos que os governos de força, de cunho autoritário, demonstram a eficiência do modelo de dominação e de acordo com as elites....
18. *O ato da abolição dos escravos frustrou os anseios de luta tanto dos negros e negras, como dos abolicionistas, pois a concessão da «liberdade», sem um processo de inserção no mercado de trabalho da população negra de nada serviu para a organização humana e territorial do povo no país....
19. *Desde do Brasil colônia ao Brasil do século XX, o que se observou foi o crescimento de concentração de renda e o abismo social entre as classes. O Estado privilegiou o enriquecimento de setores e pouco a pouco «abriu mão» das políticas públicas com cunho social.
20. *..Este relato demonstra que o processo de exclusão é direcionado, faz parte de um projeto de acumulação de riquezas por parte de alguns setores e desequilíbrio econômico que estabelece a política de apartheid social, econômico e racial.
21. Hoje a nova ordem econômica mundial instituiu nos países do 3º mundo o Estado Mínimo (que não absorve as demandas sociais privilegiando o capital), frustrou a possibilidade de acesso da população pobre aos bens essenciais como saúde, educação, habitação, etc ...e com este gesto aumentou as desigualdades já estabelecidas através de mecanismos de opressão históricos, o racismo e o machismo não podem ser encarados como atos isolados ou componentes individualizados, o racismo e o machismo fazem parte da política estrutural de opressão.
22. A crise das instituições financeiras, a falta de credibilidade das instituições políticas leva a sociedade a barbárie, nós na América Latina pressionados pela política do FMI, vemos dia a dia a esperança de uma sociedade justa e igualitária rir como porcelana velha.
23. A conjuntura recente ditada pelos acontecimentos, como os ataques sofridos pela EUA, demonstra uma fragilidade nas articulações mundiais e a utilização de temas importantes como a intolerância e guerra santa como motivos principais para um conflito mundial. Escamoteando

terrorismo impresso por Osama bin Laden, assim como nada justifica a intervenção bárbara que a EUA faz não só no Oriente Médio, como em outros países latinos e os países europeus e na África.

Temos que manter o espírito de mudança alimentando com a perspectiva lutarmos pelo fim das desigualdades impostas como forma de opressão (racismo, machismo e intolerâncias de qualquer ordem).

24. E portanto nós que militamos na luta anti-racismo, anti machista entendemos que os partidos que lutam por uma sociedade igualitária como vemos no PT em sua formação e luta, não podem vacilar.

II. É preciso ter força,

É preciso ter raça,

É preciso ter sonhos, sempre....

25. A importância de ampliar a intervenção da luta racial no Brasil, remete-nos as lutas ancestrais em que as mulheres negras mostraram sua força, mas não podemos ocultar a desigualdade social em que se encontra esta mulher. Ela ainda está na pirâmide social com os menores salários, menores oportunidades e em relação ao homem negro/branco sofre práticas machistas em todos os setores social, político e econômico. Portanto é importante reforçar que a questão de gênero é essencial para o avanço global da luta anti-racismo.

III- Ousar e avançar

26. Nestes 21 anos de formação partidária nos negros e negras do PT seguimos em nosso papel de denúncia sistemática do outro Brasil, não o Brasil da Democracia Racial, mas o Brasil do racismo.

27. Constituímos comissões processo demorado de negociação porque nossos companheiros não negros, por vezes não entendiam o porque da nossa luta. Alguns confundiam nossa movimentação como uma ação separatista. Vencemos as resistências fizemos campanhas institucionais no partido e com o crescimento do PT nas administrações caminhamos a busca de políticas públicas eficientes para eliminação do Racismo.

28. Mas em um Balanço Geral, se analisarmos nossa participação hoje no PT, sofremos algumas perdas substanciais.

1. Administrações

29. Temos poucas experiências de avanços substantivos nas políticas públicas para a população negra, o partido optou pelo universalismo de ações para combater a pobreza, partindo do mesmo ponto de análise dos governos da social democracia, programas que não estabelecem promoção da igualdade. No limite repetimos experiências de gestões petistas já estabelecidas como por exemplo as Coordenadorias modelos já aplicados em gestões anteriores, como por exemplo SP, em que a Coordenadoria do Negro já fora estabelecida por Luiza Erundina. Foi mantida com caráter clientelista na gestão Maluf – Pitta e hoje esta engessada por falta de orçamento compatível e intervenção na gestão da cidade.

30. Embora as questões raciais e de gênero tenham sido alardeadas em campanhas como questões centrais para a mudança do modelo de gestão, permanecem empalecidas e colocadas como questões assessorias.

2. Partido

«..A função hegemônica ou de direção política dos partidos pode ser avaliada pelo desenvolvimento da vida interna dos próprios partidos »

A. Gramsci

30. Em relação partido temos que reconhecer que houve retrocesso em relação a questão racial na construção do novo estatuto em relação ao sistema de votação.

Ao ser retirado o poder de voto do Secretário eleito em setorial e vincular de forma sub-reptícia sua participação sinequanon a uma assinatura de tese como se não fossemos mais atores principais da nossa própria organização para ser eleito como voz e voto, foi destruída a possibilidade de equidade na discussão partidária.

31. Portanto temos que retomar nossa autonomia, a discussão racial não pode ser entendida como apenas mais um tema a ordem é desconstruir este conceito que nos guetiza, e desfavorece nossa luta.

32. A Conferência Mundial Contra o Racismo, xenofobia e discriminações correlatas, foi um marco para as discussões sobre o racismo e suas práticas pelo mundo, lá estiveram representantes de Estado como Fidel Castro e notamos a ausência do PT, que não discutiu nem no Brasil e na conferência a sua posição.

33. É lamentável que um partido como o PT que tem uma secretaria nacional de combate ao racismo e um apelo aos excluídos, pobres e operários deste país, não identifique a cor desta população.

34. É triste constatar, que não temos um instrumento partidário com força e vontade política para impulsionar estas discussões.

35. Será que já não é hora de seriedade na discussão destas questões?

36. Será que a Europa tem um peso maior que a África?

37. Será que a diáspora negra não tem espaço político de discussão aqui no Brasil e no PT?

38. Acreditamos que o avanço da discussão racial no partido e o modelo de recuperação das políticas públicas voltada para população negra é essencial para a luta dos trabalhadores e trabalhadoras do País.

39. Temos que ousar e avançar..

3- Movimento Social

40. A luta racial no Brasil sempre avança, viemos desde os anos 70 denunciando a desigualdade racial/gênero de oportunidades, e avançamos na construção de uma intervenção social, que às vezes cresce sem termos a devida dimensão de sua força.

Um grande exemplo foi a retomada popular da luta da juventude Hip Hop, que mostrou que a miséria tem cor, nos guetos, na periferia, alastrando um grito pelo mundo.

41. A marcha de Zumbi dos Palmares foi um marco na história recente da política nacional, fomos solopados pelo governo federal, mas valeu a pena.

42. No setor sindical a criação do INSPIR (instituto intersindical para promoção da igualdade racial) junto as centrais sindicais, impulsionou trabalhos como o mapa da população negra no mercado de trabalho, grande instrumento para desmascarar o Apartheid racial brasileiro nas empresas.

43. No campo da cidadania, cresceu o número de militantes e organizações denunciando o sistema racista.

44. A campanha pela “ Liberdade de Donisete Borges ”, coordenada pela secretaria estadual de combate ao racismo do PT/SP e sindicato dos servidores públicos municipais de SP- CUT em 2000, culminou com um dos maiores atos públicos da história do 20 de novembro em São Paulo, mobilizou diversos setores da sociedade, denunciou a prática racista e elitista do nosso sistema judiciário e conquistou a liberdade deste jovem negro e pobre, preso durante 1 ano e 7 meses.

45. Em relação ao Movimento de mulheres após dez anos foi realizado o terceiro Encontro Nacional, com a presença de aproximadamente 400 mulheres delegadas oriundas de 15 estados da federação. A luta avançou foi tirada uma proposta de organização nacional, Fórum Nacional de Mulheres Negras. As políticas foram consensuadas e houve um quadro de inclusão em que as diversas áreas de militância foram contempladas, ong's, movimento social, sindicalistas, religiosas e jovens todas embuidas na luta contra o racismo e machismo.

46. No plano internacional, a campanha pela Liberdade de Mumia Abu Jamal, jornalista negro americano (conhecido como a voz dos sem vozes), condenado a pena de morte, acusado sem provas por assassinato e perseguido pelo sistema judiciário racista americano, vêm adquirindo cada vez mais adeptos no Brasil e no mundo.

47. E hoje lutamos por políticas públicas essenciais a população negra, como por exemplo a decretação do feriado de 20 de novembro, à exemplo da cidade do Rio de Janeiro, que o conquistou desde o ano de 2000.

E temos a certeza da vitória. Em 30 anos da frente negra do Brasil ao Mano Brown contemporâneo, valeu Zumbi.

III. Nosso Programa

48. Nossa Secretaria terá que avançar em dois aspectos - a construção de uma identidade negra para

Ações

3.1 - Internas

49. Fortalecer a Estrutura da Secretaria equidade com as demais secretarias, orçamento suficiente para trabalhar no país a questão racial
50. Fortalecer a discussão racial no Partido através de cursos de formação módulos que demonstrem a luta do negro após a diáspora, a inter – faces com as lutas operárias e populares
51. Estabelecer programas e atividades que fortaleçam as atividades nas regiões
52. Fortalecimento através de incentivos e planos de ação aos estados estimular a criação de Secretarias estaduais de combate
53. Estabelecer campanhas de caráter geral junto as Secretarias - Internacional Juventude, Mulheres, Sindical e Movimentos Populares
54. Plenárias com as Secretarias Estaduais para trocas de experiências e fortalecimentos das políticas internas
55. Boletim trimestral sobre as atividades da Secretaria, manutenção da página e alimentação constante com fatos nacionais e mundiais acerca da questão racial,
56. Censo de militantes negros\as, quantos somos no país e em que militamos.
57. Participação efetiva na Construção do programa de governo da campanha majoritária, seminários regionais norte \ nordeste sul \ sudeste Centro oeste para aprofundar a discussão para o programa presidencial eleições 2002.
58. Seminário final para construção de documento com as propostas regionais
59. Entrega do documento final resultado dos seminários a Coordenação de Campanha na presença de militantes do mov. negro e a população negra
60. Campanha direcionada ao voto negro que possibilite campanhas com ações afirmativas para candidatos negros e negras, projeto para recuperar as desigualdades econômicas nas campanhas proporcionais.

3.2 - Externas

61. Encaminhar junto a frente partidária as questões pertinentes ao programa de governo acerca da questão racial
62. Inter-face com os movimentos sociais, sindicais e populares Mulheres Quilombolas e Sem Terras - Calendário de Atividades\ eventos da questão racial
63. Estabelecer parcerias com institutos para formulação de pesquisas específicas do campo da política em relação a população negra
64. Apoio as lutas anti racismo no campo da esquerda
65. Apoio aos militantes petistas negros nas administrações petistas
66. Seminário sobre políticas públicas
67. Seminário sobre organização política dos negros petistas nos municípios
68. Acompanhamentos dos Projetos sobre a questão racial na Câmara Federal e Senado, discussão de novos projetos junto a bancada petista
69. Seminários de Organização com parlamentares anti racismo do PT
70. A nossa proposição tem firme convicção de inserir questão de Raça e Gênero, na pauta principal do PT agregando-as ao conceito de luta de classes .
71. Somos o segundo país em população negra do mundo, se a população negra está no patamar da miséria segundo todos índices possíveis (IDH-IDG ..) e se o PT se reivindica socialista e portanto defende uma sociedade igualitária, é inconcebível não se discutir e ter um programa partidário que não faça jus a esta realidade. «Como disse Darcy Ribeiro em entrevista a tv cultura, nós não temos conhecimento do Brasil e das matizes deste povo brasileiro...»
72. Acreditamos que estas propostas são exequíveis, temos três anos para fazer valer o direito ao poder, passo fundamental para eliminação do racismo, machismo e todas as formas de intolerância.
73. Somos Quilombolas, Somos Iyamins, Bejes, Sindicalistas, e essencialmente guerreiros e guerreiras pela emancipação da população negra..a liberdade a luta essencial do homem..assim falava Mandela –
« ..liberdade para todos. negros e brancos. Eu sabia muito bem que o opressor tinha de ser

do ódio e está trancado atrás das grades do preconceito e da intolerância . Não sou verdadeiramente livre se estou tirando a liberdade de alguém, do mesmo modo que certamente não sou livre quando me tiram a liberdade. Tanto o opressor como oprimido são roubados de sua humanidade.»

(* TRECHOS DO TEXTO DO CADERNO DAS RESOLUÇÕES DO 12º ENCONTRO MUNICIPAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DE SÃO PAULO)

APROFUNDAR O DEBATE SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE COMBATE AO RACISMO NO BRASIL

01. O centro da tese que a **Chapa Vencer é Possível** está apresentando para o VII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores é apontar alguns fatores que podem auxiliar na análise crítica das estratégias de combate ao racismo que estão em marcha na sociedade brasileira desde o final do século passado.
02. Para tanto é necessário evidenciar qual é o tipo de diálogo que o movimento social negro tem travado com o Estado Brasileiro. O diálogo deverá objetivar as possibilidades e os limites das forças políticas que governam o Estado brasileiro, de incorporar e realizar políticas públicas de combate ao racismo.
03. É no jogo das relações políticas, isto é, das relações de poder, onde se trava o diálogo em questão, também chamado de negociação.
04. E no jogo das negociações a argumentação mais forte está no fato da incorporação do discurso e práticas de combate ao racismo se constituir em ganhos democráticos, principalmente, para as forças políticas que as implementam.
05. Quais são os setores sociais e forças políticas que estão abertos dispostos a enfrentar essa tarefa política ?
06. Qual é o caráter dessa ação política? Neoliberal, centro-esquerda ou Radical de esquerda?
07. As reformas da ação de combate ao racismo tem ocorrido na direção de quais grupos sociais?
08. Elas serão capazes de atingir quais camadas da população negra ?
09. Qual é o grau de exclusão que tal política responde ?
10. Qual é o alcance das reformas jurídicas e administrativas que estão em marcha? Quebrar o mito da democracia racial e a resistência da mentalidade racista e conservadora é tudo o que queremos?
11. Ou precisamos avançar na direção de impactos e resultados concretos na melhoria da qualidade de vida da população negra de nosso país ?
12. Essas questões são importantes para orientar as análises das estratégias de combate ao racismo da militância anti-racismo do Partido dos Trabalhadores em um período em que se esgota um modelo de participação política iniciado no primeiro ano do governo de Fernando Henrique Cardoso com a incorporação de reivindicações históricas do movimento negro, no plano jurídico-institucional, na perspectiva de atualizar a atitude das classes dominantes diante da questão racial negra.
13. Com a proximidade de oito anos de governo constatamos o que já afirmávamos na tese que apresentamos em 1996 no IV Encontro Nacional de Negros e Negras do PT: a impossibilidade de mudanças estruturais nas relações raciais em um governo de orientação neoliberal; a incapacidade de um governo do tipo em dar um novo tratamento as desigualdades raciais e na relação do Estado brasileiro com o racismo, a discriminação e o preconceito vigentes.

O esgotamento de um ciclo: a negociação como principal estratégia para o combate ao racismo no Brasil

14. Desde finais da década de 70, o chamado movimento negro brasileiro, nas suas diferentes formas e matizes ideológicos, tem se mobilizado para pressionar o Estado Brasileiro. A estratégia utilizada era a do diálogo ou se preferir, a negociação. Ela atendeu, ainda que parcialmente, às antigas reivindicações da parcela organizada da população negra, o que denominamos de movimento social negro contemporâneo.

15. Destacamos alguns exemplos da implementação dessa estratégia e de suas conseqüência na vida de negros e negras de nosso país.

16. A Lei Caó com a Constituição 1988 criminalizou o racismo e foi o resultado de uma mobilização parlamentar de centro-esquerda para atender às reivindicações do movimento social negro que se acumulavam desde a década de 70. Esse instrumento jurídico-político tem sido mais eficaz como uma simbologia que desmascara (denuncia) a farsa da democracia racial brasileira e ainda carece de recursos para que dispositivo legal possa punir os crime de racismo. Necessita de aperfeiçoamento.

17. A Fundação Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, instituída no ano de 1988 foi uma realização do governo Sarney como resposta a ampla mobilização do movimento negro contra farsa do centenário da Abolição. Este órgão público representou mais a institucionalização de uma estrutura pública de combate ao racismo no âmbito do governo federal, com pouca eficácia na gestação de políticas para a inclusão de população negra na vida política, econômica e cultural do país.

18. No governo de FHC, no ano de 1995, após a ampla mobilização dos 300 anos de Zumbi dos Palmares - que teve como seu ápice a Marcha contra o Racismo, pela Igualdade e pela Vida (que reuniu, naquele ano, cerca de 30000 pessoas de todo o país, em Brasília - a negociação resultou na formação do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra (o GTI), criado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, no âmbito da Secretaria Nacional de Direitos Humanos - Ministério da Justiça, em 20 de novembro de 1995 e o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTDEO), criado em março de 1996 no âmbito do Ministério do Trabalho, com a finalidade de sugerir medidas compensatórias à população negra em diversos itens tais como saúde, educação, mercado de trabalho e meios de comunicação.

19. Com a reeleição de FHC, no ano de 1998, ocorreu a criação do Programa Nacional de Direitos Humanos com a função de formular políticas públicas e privadas de ações sociais para a redução das desigualdades no Brasil. Em relação à população negra, este programa apoia as medidas elaboradas pelo GTI, e propõe debate sobre a criação de cotas para negros nas universidades públicas, no mercado de trabalho e na mídia.

20. No ano de 2001, mais precisamente em outubro, um mês após a Conferencia Internacional Contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância, realizada na África do Sul, o Governo Federal cria o Conselho Nacional de Combate a Discriminação - CNCD, ligado ao Ministério da Justiça, com a finalidade de "propor e avaliar as políticas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos, grupos sociais e étnicos afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância".

21. Além dessa medida algumas ações de governo, como a do Ministério da Reforma Agrária, e de projetos em tramitação no Congresso Nacional, de iniciativa de parlamentares de diferentes partidos, introduzem o debate sobre as cotas como parte ou como instrumento da adoção de políticas afirmativas para a superação do racismo e das desigualdades raciais.

22. A atual posição do Governo Federal e os objetivos dos projetos em tramitação é acenar com a possibilidade de incorporação ou de mobilidade social para setores da população negra a partir de uma plataforma de desenvolvimento ou de crescimento nacional que vai fazer parte do debate das eleições que se aproximam.

23. Novamente está em debate a integração do negro na sociedade de classes e isso diz respeito as possibilidades e limites do capitalismo brasileiro de ajustar a distancia social entre as classes, de incorporar o negro, como parcela excluída da sociedade e de criar condições objetivas para o seu acesso e participação nos benefícios sociais dispostos na sociedade brasileira.

24. O desafio está em discernir, criticamente, no jogo da conjuntura política neoliberal qual é a perspectiva do Governo Fernando Henrique Cardoso, novamente em aliança com um setor do movimento negro que o apoia e que tem servido de base de sustentação ao seu governo e aponta para uma pontual incorporação das demandas por políticas de combate ao racismo e representação político-institucional, num período final do mandato presidencial.

25. Ao pensar a implantação de política sociais em tempo de regulamentação do Estado Mínimo é preciso estar atento e refletir sobre os interesses das forças políticas, das classes, dos grupos sociais, das relações de raça/etnia para se implantar essas políticas.

26. Está em marcha um diálogo, aparentemente surdo, entre as reivindicações dos chamados novos movimentos sociais - que defendem igualdade de condições sociais para os diferentes, e as políticas governamentais brasileiras em resposta à essas demandas.

27. São inúmeras as estratégias que a ideologia neoliberal poderá lançar mão para sobreviver diante das críticas às inconseqüências da globalização, que, na verdade, têm acentuado a exclusão social, a intolerância à diferença e o acirramento do racismo, para falar apenas dos aspectos mais evidentes da conjuntura internacional.

O debate sobre a política de ação afirmativa ou de cotas

28. No debate sobre as possibilidades de implementação de política afirmativa, sob o arco das forças que sustentam o governo de FHC, destaca-se uma possível divisão ou uma falsa postura de derrota de alguns setores do governo. Como exemplo o Ministro da Educação, Paulo Renato, contrário a implantação da política de cotas proposta pelo Comitê Nacional responsável pela preparação da participação brasileira na III Conferência Mundial da ONU contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, realizada em Durban, África do Sul, de 31 de Agosto a 07 de Setembro de 2001. Mas o que ocorre, concretamente, é a construção de mais um órgão institucional de caráter consultivo com o objetivo duvidoso, diante do programa de governo excludente desenvolvido por FHC, de acompanhar e avaliar a implantação de políticas públicas afirmativas.

29. Durante e após a realização da III Conferência Mundial contra o racismo a imprensa pautou o debate em torno das controvérsias a respeito da política afirmativa, que no Brasil é interpretada e na pratica efetiva-se como políticas de cotas.

30. Por mais que se diga que política afirmativa não é reserva de vagas ou cotas, que é apenas um instrumento para a inclusão da população negra através de cotas na educação, mercado de trabalho, mídia e etc., o que se vê é o avanço de uma política governamental

que, respaldada por dados estatísticos, diagnósticos, e apoio de setores do Movimento Negro, defende por meio das cotas a inclusão de negros e negras nas universidades públicas, como uma política de resultado mínimo diante do dilema do racismo na sociedade brasileira.

31. Tal política tem seduzido tanto as forças conservadoras como as mais progressistas do país. A título de exemplo veja o Projeto do Senador José Sarney em tramitação no Senado Federal e o Projeto de Lei do Deputado Federal Paulo Paim PT/RS, que apontam para a regulamentação de cotas na educação e mídia.

32. É importante lembrar que ainda esta latente no imaginário de negros e brancos brasileiros a luta dos afro-norte-americanos contra a política segregacionista dos EUA, embalada no movimento por direitos civis da década de 60. Essa experiência histórica tem sido considerada como relevante e um fator de legitimação para a implantação de políticas afirmativas aqui no Brasil.

33. Mas, é necessário e importante lembrar que a implantação da estratégia norte-americana para atenuar os conflitos raciais chega ao país com quatro décadas de atraso, num momento de refluxo dos movimentos sociais afro-americanos e de avanço da política conservadora do Governo Bush, que restringe as políticas sociais (a mesma política desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso nos seus dois mandatos) e está legislando contra as políticas públicas afirmativas em vários Estados Norte-americanos, a exemplo ver as investidas dos conservadores californianos que estão estabelecendo legislação restritivas a política afirmativa.

34. Voltando ao debate interno do país, o curioso é que tanto as forças conservadoras quanto as progressistas têm manifestado adesão ou rejeição à implantação das políticas afirmativas por motivos radicalmente diferentes.

O posicionamento das forças conservadoras

35. Muitos conservadores brasileiros são contra a política afirmativa porque sequer conseguem imaginar uma política de expansão dos benefícios sociais, visto que estão assentados nos privilégios, garantidos pelo caráter desigual das relações sócio-raciais. Comungam uma ideologia racista do tipo tradicional, semelhante ao comportamento dos conservadores sulista norte-americano.

36. Mas isso não é tudo. Há outra vertentes.

37. A ideologia racista cultural que afirma que a diferença é uma dado da cultura e justifica a existência natural das diversas raças/etnias, onde alguns desenvolveram o bom desempenho das habilidades físicas e artísticas enquanto outros são mais dados à racionalidade tecno-científica

38. A ideologia racista neoliberal, mais moderna, atualmente hegemônica no Brasil, admite o racismo por pressão dos movimento sociais, mas na utilização da estratégia de negociação para amenizar as contradições sócio- raciais, implementa uma política de cima para baixo, de menor custo e alcance social. Assim, de forma oportuna, instrumentaliza o direito à diferença para se sustentar no jogo da disputa política por destinos da sociedade brasileira.

39. É o que chamamos de uma política racial perversa do Estado Mínimo, que longe de combater as estruturas do racismo fundadas nas desigual condição social de 44% da

população brasileira, procura institucionalizar políticas mínimas para dar ao Estado brasileiro uma publicidade democrática. Em outras palavras, uma estratégia conservadora travestida de liberal que retorna com uma nova roupagem e reedita o que o movimento negro pensa ter enterrado: o mito da democracia racial.

40. Essa política tenta dialogar e seduzir apenas um setor que é minoritário, a população negra universitária. Não dá resposta ao dilema de quase 65 milhões de brasileiros que nesses últimos 500 anos resistiram pôr inúmeras gerações sob a mais cruel e desigual condição social e contra toda uma política de Estado que impedia a superação deste quadro, na medida em que negava a existência do racismo como um mecanismo que restringe a participação da população negra e pobre na sociedade de classe, confinando-a aos espaços da periferia das cidades, aos baixos salários, aos subempregos, a comercialização da sua cultura a preços baixíssimos, a educação pública de péssima qualidade, ao extermínio por ação da violência policial, a feminilização da pobreza, principalmente, da mulher negra.

41. Essa é a ideologia racista moderna que ora explora o negro por sua condição de classe, ora explora o negro por sua condição racial, ora por sua condição de gênero.

O posicionamento das forças progressistas e de esquerda

42. Alguns setores dos partidos políticos e mesmo setores do movimento negro atuantes no campo da esquerda fazem a denuncia desse racismo do tipo moderno. Colocam-se contrários a implantação de políticas afirmativas ou de cotas, simplesmente porque é uma política paliativa e de pequeno alcance social diante do dilema do negro brasileiro: no Brasil a maioria da população pobre é negra.

43. São setores, entre eles o nosso partido, o PT, que mesmo denominados como progressistas ou de esquerda e incorporando o discurso da necessidade de uma política de combate ao racismo, esse bloco de forças ainda repetem um antigo equívoco: secundarizam as contradições raciais ou emitem outros aspectos estratégicos para a compreensão da realidade brasileira, não incorporando a dimensão racial como fundamental para a superação das desigualdades e para a construção de um projeto político de desenvolvimento e de transformação da realidade do país.

44. Ao não compreender o papel e a importância do racismo na estruturação e reprodução de desigualdades em nossa sociedade, esse bloco de forças torna-se, ainda que involuntariamente, cúmplice da ideologia racista hegemônica que denunciamos no bloco de forças anterior, o das forças conservadoras.

O debate que estamos propondo: que Estado tem condições de implementar políticas públicas de ação afirmativa para o combate e superação do racismo no Brasil.

45. A classe dominante brasileira, tanto na sua versão urbana do tipo industrial quanto a do tipo rural não foram capazes de incorporar a população negra na estrutura de produção e consumo, por isso são alarmantes os índices de desemprego e desigualdade na política de distribuição de renda quando se compara a mobilidade social entre negros e brancos.

46. Qualquer projeto de governo que não atender, prioritariamente, às fortes demandas por incorporação social da população trabalhadora negra e pobre, certamente, não poderá superar o racismo.

47. É fundamental uma política governamental que combine incorporação na esfera do emprego e distribuição de renda, no campo e na cidade, com a legitimidade do direito à diferença, que reconhece a necessidade do recorte de raça/etnia/gênero nas políticas públicas a fim de atingir a população negra e trabalhadora.

48. Tal articulação só é possível em Estado do tipo distributivo e capaz de reverter através do seu projeto ideológico os interesses do Estado para os de baixo, aqueles que tem direito a ser diferente, não porque são diferente em si, mas por que foram alijados dos benefícios sociais exatamente por que eram diferentes. Assim, é possível desconstruir a lógica do racismo.

49. As reformulações na esfera da superestrutura, principalmente, as de caráter juridico-política e estão na competência do Estado. São uma resposta dada através das leis, dos interesses de religião, da educação, partidos e segurança pública, que só têm eficácia quando são expressões do progressivo atendimento à quebra da resistência ao fim das desigualdades sócio-racial.

50. Os sujeitos organizados, os de baixo, devem ter olhar crítico para com as direções e / ou negociadores.

51. Nem sempre eles dialogam ou representam os interesses dos de baixo, trabalhadores, pobres e negro.

52. Nem sempre quebram a ideologia conservadora e invertem os interesse de classe, raça e gênero.

53. As políticas públicas precisavam ter esses recortes para oferecer melhor condição social para superarmos a desigualdade, o racismo e o machismo.

54. Os programas de combate ao racismo devem ser implantados até atingir todos os órgãos e serviços públicos que prestam serviços de qualidade à população. O combate ao racismo é uma política pública que interessa e diz respeito a negros e brancos no Brasil.

55. Certamente, ela não será implementada de forma harmoniosa, mas lutar é superar as contradições e acreditar que **vencer é possível!**

As influências de Durban nesse debate

56. O movimento negro brasileiro, através de várias atividades que estão sendo organizadas em diversos Estados, começa a esboçar uma avaliação ou posicionamento sobre as consequências da III Conferência Mundial contra o Racismo realizada em Durban, na África do Sul, aqui no Brasil e no mundo.

57. Avaliação que aponta a importância do processo de organização para uma nova qualidade do combate ao racismo em todos os países que participaram da Conferência e uma visão vitoriosa das conquistas que estão presentes aprovadas no documento final de Durban, que mesmo com suas limitações pode ser um importante instrumento de luta contra o princípio da igualdade de oportunidades que promovem a democracia liberal – burguesa e a globalização neoliberal capitalista que implementada em todo o mundo, tornou-o repleto de iniquidades, que agravam e perpetuam as desigualdades.

58. Entretanto, devemos ampliar essa avaliação para o que aconteceu no Estados Unidos, em Manhattan, no dia 11 de Setembro, quando muitas das delegações que participaram da Conferência retornavam as seus países.

Os conflitos e resultados da Conferência aliados aos acontecimentos de 11 de Setembro explicitam os objetivos de um projeto que se pretende hegemônico no mundo, liderado pelos Estados Unidos e apoiado pelas grandes potências Ocidentais: um bloco civilizatório que se manifestou perversamente durante a Conferência, que reconhece no máximo seus excessos cometidos para a construção desse mundo ocidental.

59. A Conferência e os acontecimentos de 11 de Setembro desnudam essa realidade e apontam para elementos estruturais que não tem sido considerados tanto pelas forças de direita como de esquerda para uma leitura do mundo contemporâneo: raça/etnia, xenofobia, religião e cultura.

60. Certamente são questões que se consideradas contribuem para a concretização de novas estratégias de combate ao racismo no Brasil e no mundo.

Nosso objetivo nesse debate: combater o racismo e construir o Partido dos Trabalhadores

É impossível a cidadania do povo negro nos limites do atual modelo econômico e político do país;

é impossível pensarmos transformações estruturais na sociedade brasileira sem o tratamento devido da questão racial negra;

o combate ao racismo é estratégico seja na construção de um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil, como para projetarmos uma sociedade futura, multirracial e, principalmente socialista.

61. Estes são os principais pontos de nossa estratégia de intervenção do debate de idéias e na construção do Partido dos Trabalhadores. São consequências dos acúmulos teóricos, dos discursos e práticas do PT no combate ao racismo ao longo de seus vinte e um anos de existência.

62. Acúmulos, discursos e práticas que precisam ser confrontados com a realidade destacada nessa tese que estamos apresentado e pelos inúmeros documentos, estudos e pesquisas produzidos pelas entidades do movimento negro e por órgãos governamentais e não-governamentais, durante o processo de organização da III Conferência Mundial contra o Racismo.

63. Eles confirmam o que a luta anti-racismo tem demonstrando há tempos no Brasil no debate tanto com as forças conservadoras como com as forças progressistas e de esquerda, entre elas o Partido dos Trabalhadores: as desigualdades entre negros e brancos são consequências do racismo que há séculos atua como um instrumento de exploração, opressão e dominação de classe. Que determina a participação subordinada de grupos não-brancos na estrutura de poder e riqueza de nossa realidade.

64. Aprofundar o debate sobre as estratégias de combate ao racismo frente a essa realidade é a principal proposição da Chapa Vencer é possível para a próxima gestão da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo.

65. O roteiro/temário para esse debate foi indicado pelo Coletivo da SNCR que termina sua gestão no VII Encontro Nacional de Combate ao Racismo:

66. o debate em torno das relações raciais e no mundo, diante do atual quadro político, econômico, social, cultural, em tempos de globalização e neoliberalismo;

67. o debate sobre as estratégias do movimento negro contemporâneo e seus principais desafios;

68. o debate conceitual sobre a construção de um pensamento de esquerda no Brasil, em torno das relações raciais, de gênero e de livre orientação sexual;

69. o debate sobre o racismo, a discriminação racial, a xenofobia, as formas de opressão e de intolerância, na construção de um projeto alternativo ao neoliberalismo: a sociedade socialista;

70. o debate sobre a questão racial, políticas públicas e territórios urbanos: a incorporação de novas demandas sociais e de temáticas como trabalho e religiosidade;

71. A tese que estamos apresentando e, sem nenhum demérito, as demais teses que serão apresentadas no VII Encontro não conseguirão dar conta desse roteiro/temário.

72. A proposta de **Vencer é Possível** é que a nova gestão da SNCR organize para o primeiro trimestre de 2002 a proposta há tempos aprovada em encontros passados de realização de uma Conferência Nacional de Combate ao Racismo, precedida de Conferências Regionais, que cruze o debate desse roteiro/temário com a necessidade de elaboração de um Programa de Governo para as eleições de 2002 e de um planejamento estratégico para a intervenção da Secretaria nos seus próximos 3 (três) anos.

Esta é a contribuição de *Vencer é Possível* para o combate ao racismo e a construção do Partido dos Trabalhadores.

Outubro de 2001.

Manifesto de Lançamento da Chapa

Falta Axé no PT

“Um Mundo Sem Racismo é Possível”

I – Um Mundo sem Racismo é Possível

01. No mundo todo o racismo se acentua, agravando ainda mais a situação dos negros e negras, em África e na Diáspora. A globalização apresenta uma reengenharia que elimina postos de trabalho, acelerando o processo de exclusão do povo negro, que não tem acesso à qualificação técnica para a disputa por uma vaga e historicamente ficou a margem de todo desenvolvimento proporcionado pelo capitalismo. O imperialismo americano, através da mundialização da economia em seu estágio mais avançado, desenvolve uma política de extermínio, acirrando o processo de destruição de países periféricos e do continente africano, coberto por guerras étnicas em consequência de todo um processo de colonização e concentrando 75% de toda a população portadora do vírus HIV do planeta.

02. Os interesses do grande capital colocam a vida de milhões de africanos em segundo plano, em uma escala de prioridades onde o lucro é o principal objetivo. Com isto, os países africanos travam uma disputa com os grandes laboratórios, que fazem uso de suas patentes para impedir a fabricação de remédios genéricos a preços infinitamente inferiores e acessíveis a população infectada pelo vírus HIV. Sabemos que o poder das grandes corporações transnacionais e dos grandes organismos internacionais por elas controlados estão no centro das maiores tragédias que inserem o continente africano, berço da humanidade, em um mar de miséria e penúria. Porém, é o racismo, dentro da lógica do capital, que coloca a África no esquecimento (inclusive no interior de partidos e movimentos sociais) e faz com que as vítimas do terrorismo nos EUA sensibilizem mais o mundo do que as vítimas que morrem na África todos os dias, em decorrência de uma forma de terror ainda mais cruel e mortal.

03. Persiste, ainda mais agravado, o quadro mais geral de incerteza e instabilidade que tem marcado o capitalismo neste período em que a especulação comanda e condiciona o processo de acumulação, através de mecanismos amplamente desregulamentados e mundializados. Neste cenário, o questionamento aos dogmas do neoliberalismo vai sendo “arrastado” da propaganda dos partidos de esquerda, da vanguarda dos movimentos sociais, dos debates nas universidades, dos cadernos especializados, dos grandes jornais e revistas para o terreno da contestação mais ampla. As rebeliões populares no Equador, nas manifestações contra a OMC em Seattle, nas batalhas de Washington, de Praga, Quebec e Davos (Suíça), na Marcha Mundial de Mulheres, na Marcha dos Indígenas organizada pelo EZLN, no retorno da Intifada na Palestina contra o governo sionista de Ariel Sharon, nas manifestações na Coreia, nos vigorosos protestos contra o ALCA em Buenos Aires ou em Quebec, nas manifestações em Gênova e na realização, em Porto Alegre, do Fórum Social Mundial, postulando sem significativa ambigüidade a possibilidade da construção de um “outro” mundo são bem o retrato da conjuntura atual.

04. Na América Latina, como vimos, essa é uma conjuntura que, além dos elementos acima, coloca na ordem do dia a necessidade de um intenso esforço de esclarecimento e agitação, bem como de organização de mobilizações contra três manifestações centrais do imperialismo: a dívida externa, a ALCA e o Plano Colômbia, combinados com a defesa de uma real integração dos povos da

América. A este movimento geral impõe-se articular outros movimentos de caráter contra-ofensivo: a luta pela libertação de Múmia Abu- Jamal, participar da Marcha ao Muro da Vergonha e da Morte na fronteira do México com os Estados Unidos e do III Encontro pela Humanidade contra o Neoliberalismo que ocorrerá em Cuba no mês de novembro.

05. É um momento novo também, pela presença e/ou visibilidade de novos agentes políticos, cabendo ressaltar a realização da “III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas”, que representou uma oportunidade histórica de formular e efetivar políticas com a intervenção de negras e negros de diversos países, desnudando perante o mundo o quadro produzido pelo racismo, através de práticas discriminatórias produzidas em séculos de colonialismo e imperialismo. Mais emblemática que a saída de Israel, a saída dos EUA da conferência torna óbvio e evidente o desejo norte-americano de retaliar qualquer possibilidade de discussão e admissão de sua política imperialista excludente, que não é recente, negando qualquer possibilidade de reparação ou qualquer medida política que possa conter em si ou em seus desdobramentos um prejuízo financeiro e moral para o grande capital. Desnuda também a face de total intolerância do campo político mais reacionário dos EUA, representado hoje na figura do presidente Bush, que para além da imobilidade da Europa na Conferência, se recusou a participar do processo de discussão.

O Novo Cenário Internacional: A Crise do Neocolonialismo

06. Parece fora de dúvida que o 11 de setembro, ano I, século XXI, dia do atentado contra o auto denominado Centro Comercial Mundial e o Pentágono, nos Estados Unidos, bem pode se configurar como uma data relevante deste novo século. Todavia, qualquer que seja o significado que a história venha lhe conferir, ele já recolocou a questão do terrorismo no centro do debate político contemporâneo.

07. Muito já se mencionou sobre o inesperado, o simbolismo dos alvos buscados e atingidos (a expressão do poder econômico e militar do coração do imperialismo), a aberrante instrumentalização de aeronaves comerciais com passageiros para a realização das ações, a enorme tragédia que matou milhares de civis (parcela ponderável era constituída de trabalhadores empregados em restaurantes e nos diversos estabelecimentos de prestação de serviços e de comércio localizados nas chamadas Torres Gêmeas, bombeiros, entre outras categorias) e o conteúdo de espetáculo comercialmente explorável que os atos inevitavelmente assumiram nestes tempos de protagonista das comunicações instantâneas de massa. Todos são aspectos relevantes do quadro de barbárie produzido pelo capitalismo; mas, estes atos, pelo impacto mundial que provocaram, pelos prejuízos e conseqüências econômicas, financeiras, morais e bélicas que ensejaram, exigem um posicionamento formal e uma atitude prática de todos os sujeitos políticos envolvidos, especialmente dos agrupamentos partidários.

08. Isto é tanto mais urgente quanto já vai se compondo o cenário de reação imperialista, em que o governo Bush, com a cumplicidade rastejante dos governos do G-8, da chamada Comunidade Européia e da América Latina, tendo o Brasil à frente, anuncia e prepara a vingança, passando por cima das leis e acordos que conformam o chamado direito internacional.

09. É evidente que o imperialismo, pretextando o combate ao terrorismo internacional, afia as garras para submeter os povos do mundo a uma escalada militar de alcance imprevisível. Escalada esta que tem vários objetivos: tentar recompor no imaginário dos povos a condição (arranhada pelas operações terroristas) dos EUA como polícia neocolonial do planeta, além de por em prática o keynesianismo militar como busca de saída para crise do capitalismo, via investimentos maciços na indústria da morte e do terror.

10. Como consequência inevitável, os últimos capítulos da mudança no cenário internacional irão sem dúvida fortalecer o racismo contra árabes, mulçumanos e imigrantes. A crise do desemprego na Europa, que propiciou solo fértil para o florescimento de novas formas de facismo, são mais do que nunca um exemplo de que basta uma crise surgir, para fazer aflorar o racismo que às vezes fica incubado, mas que é uma prática a qual a humanidade freqüentemente recorre. Este momento serve para nós negros como referência para uma reflexão, somando com nossa trajetória no Brasil, na África e na diáspora, através de séculos de uma história de opressão que insiste em existir até os dias atuais, estabelecendo o alicerce sob o qual se construirá nossa intervenção dentro do Partido dos Trabalhadores, nos movimentos sociais, bem como nossa elaboração para o Programa de Governo petista de 2002.

11. O posicionamento do PT foi, num primeiro momento, o de considerar o terrorismo um crime hediondo e de solidariedade às vítimas e aos norte-americanos. Ademais, em geral, passou-se ao largo de qualquer responsabilização ao imperialismo ou mesmo de eventuais menções a atitude das forças dirigentes dos EUA, ontem e hoje como centro propulsor do terror no mundo. Agora, ante o clima de histeria reacionária e belicista que o governo e a mídia do EUA tentam instaurar no mundo, esses setores migram para um posicionamento que reproduz um certo pacifismo gandhiano.

12. As presentes notas, assim, têm duas motivações: sistematizar uma posição capaz de orientar a postura de nossos companheiros e companheiras nos movimentos sociais, na institucionalidade e na sociedade em geral, na condição de socialistas e revolucionários e revolucionárias que reivindicamos e também marcar uma diferenciação político-ideológica frente a uma conduta que se limita a condenação em geral do terrorismo político, entendido na acepção ultra-restritiva de ataque a civis ou a inocentes, esquecendo, sintomaticamente, que o terror tem sido a crônica cotidiana do imperialismo, especialmente o que é promovido pelos EUA.

13. Faz-se necessário, portanto, algumas reafirmações: nossa condenação a todas as práticas de terror das classes dirigentes no mundo, bem como nossa solidariedade ao povo dos EUA, a atualidade da luta pelo socialismo como sociabilidade antagônica aquela instaurada pela batuta do capital, além da convicção de que a materialização de tal sociedade não decorre de um simples acúmulo de reformas parciais, mas, diferentemente e sem prejuízo da necessária e permanente disputa por tais medidas, o socialismo é um estágio de organização da sociedade que requer uma revolução social, processo que envolve um momento de ruptura global da ordem existente (a do capital) e que supõe a ocorrência de conflitos sociais em que a força e mesmo a violência dos debaixo há que se fazer presente como forma de neutralizar e vencer a reação violenta e o terror praticados pelos de cima e, assim, abrir caminho no sentido de concretizar o anseio de auto-emancipação de trabalhadores e trabalhadoras e do povo. Trabalhar na institucionalidade e nos movimentos sociais a fim de impedir que qualquer parcela do patrimônio público seja utilizada em apoio ao esforço bélico imperialista, manter a atualidade de nossa luta em defesa da soberania nacional e continuar realizando a denúncia sistemática do governo como subserviente e anti-nacional, acumulando para o aprofundamento do seu desgaste e para que os movimentos sociais se fortaleçam numa luta anti-imperialista, anti-latifundiária e anti-capitalista, e acima de tudo, anti-sexista e anti-racista.

II – Um Novo Brasil é Urgente

14. Vivemos na maior nação negra fora da África, que assistiu mais de 5 milhões de africanos serem escravizados (cerca de 40% do total de negros arrancados da África pelo tráfico escravista).

Conforme nos mostra o Índice de Desenvolvimento Humano, as condições de vida dos negros no Brasil hoje não difere da África. Ganhamos os piores salários, somos os primeiros a sermos demitidos, os livros escolares não contam nossa história, nossa juventude sofre em decorrência da violência policial, as mulheres negras sofrem uma tríplice opressão... Porém, temos uma história de resistência neste país, simbolizada na luta de Dandara, de Zumbi dos Palmares e outras(os) grandes líderes revolucionárias(os).

15. A marcha a Brasília em comemoração ao tri-centenário da morte de Zumbi pautou na ordem do dia o debate sobre o racismo no Brasil e a consequente divisão racial do trabalho, obrigando Fernando Henrique a dar uma resposta perante a sociedade, trazendo a tona o debate sobre a possibilidade da existência de políticas de ações afirmativas no país durante o seu governo, o que na prática não se concretizou.

16. Atualmente, o governo FHC fecha um ciclo de 8 anos de submissão ao FMI e ao Banco Mundial. A maneira com que o governo tucano encara a questão racial no Brasil explicitou-se durante as comemorações dos “500 anos”, onde os negros enfrentaram, ao lado de outros setores do movimento social, bombas e tiros da polícia de FHC e ACM em Porto Seguro. Por outro lado, a violência deixou um saldo negativo para o governo, através de imagens como a do companheiro Edmilton sendo arrastado pelos dreads (tranças rastafari), que rodaram o mundo e sensibilizaram a opinião pública, a ponto de FHC transferir uma Pré-Conferência que aconteceria no Brasil para o Chile, temendo novas manifestações e o impacto que elas poderiam ter para o país. (estou propondo a mudança deste parágrafo).

17. A luta dos outros 500 contraposta às comemorações oficiais do quinto centenário da invasão colonialista destas terras ensejou a revitalização de um movimento que precisa ser permanente e elemento central a atravessar toda a luta socialista em nosso país: trata-se do processo de resgate da identidade do povo brasileiro; De nossa história secular de luta, de nossa multiplicidade étnica, da diferença de gênero, da diversidade de orientação sexual; Da resistência indígena ao colonialismo e ao genocídio impulsionado pela sanha capitalista; da luta negra contra a escravatura e a lógica do capital que opera para eternizar as mulheres negras como exército industrial de reserva para manter os salários sempre comprimidos e uma legião de subgente desprovida de história e de auto-estima; Da luta das mulheres contra a opressão e a violência sexista; Do combate contra todas as formas de preconceitos.

18. Mais do que nunca, em um clima pós-conferência no qual se insere o Brasil hoje, o debate acerca das reparações será inevitável, trazendo consigo a discussão sobre cotas nas universidades e outras possíveis medidas por parte do governo federal. Devemos ultrapassar as disputas que marcaram o movimento negro brasileiro no processo de pré-conferência e aprofundar ainda mais o nosso debate.

III – O Socialismo e a Aliança entre os Sujeitos Sociais Oprimidos

19. O mundo hoje está entrelaçado por diversas relações de poder. Vivemos frente a contradições variadas, e somente a construção do socialismo pode unificar a nossa atuação contra toda e qualquer forma de opressão. Deste modo, mudamos o foco de nossa luta de maneira a destruir não somente aquilo que nos oprime particularmente, mas a própria idéia de opressão, em todas as suas faces distintas. É preciso descortinar os caminhos para uma revolução concreta, compreender a nossa história e o nosso modo de ser. Extrair dos episódios de resistência do nosso povo, lições de

rebeldia, de coragem, de organização, de formas de luta capazes de iluminar e inspirar os combates que travamos na contemporaneidade.

20. Em nosso entendimento, o socialismo deve necessariamente ir para muito além de uma distribuição igualitária de riquezas ou o fim da propriedade privada: sem o fim de toda e qualquer forma de opressão nunca haverá socialismo de fato.

21. A luta daqueles que são humanamente diferentes, devido a sua orientação sexual, seu sexo, sua opção religiosa, sua geração, sua classe, necessidade especial ou sua raça, deve se articular em torno de um objetivo comum: sermos socialmente iguais e livres, respeitadas nossas diferenças.

IV – Falta Axé na Política Petista

22. A Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT é fruto de intensas lutas das negras e dos negros no interior do Partido dos Trabalhadores. Foi no 6º Encontro Nacional de Negras e Negros do PT que a tese *Falta Axé na Política Petista* foi apresentada pela chapa “*Falta Axé no PT*”, trazendo uma reflexão sobre os rumos que o PT estaria tomando naquele momento, questionando seus valores eurocêntricos através da reconstrução de nossa africanidade.

23. Nós, negras e negros no interior do PT, somos militantes de 1ª hora deste partido, e mesmo não possuindo uma forte presença nos espaços de direção (que expresse a composição étnica e racial de sua base), nunca nos abstivemos de nosso papel na construção do partido desde sua fundação até os dias atuais.

24. Hoje, após a experiência de mais uma gestão e profundas mudanças no interior do partido, mudanças estas que mostram um inegável e grave quadro de descaracterização, o momento é oportuno para nossa reflexão. Um avanço muito expressivo neste curso regressivo se caracteriza na mudança dos estatutos recém aprovada. É uma mudança que objetiva aprofundar e garantir uma correlação de forças internas sempre favorável ao chamado campo majoritário, virtualmente eliminando a imprevisibilidade inerente a qualquer disputa democrática dos rumos partidários. O partido que quer se moldar com semelhante mudança é ente funcional ao predomínio dos notáveis, a esterilização da ação política enquanto militância. É um partido que em termos práticos, tem como referência o socialismo no sentido de uma mera evocação sem qualquer incidência no cotidiano da ação prática. É um partido cujo máximo horizonte estratégico é ser governo no plano federal, em lugar de meio para a luta pela conquista do poder, para a luta pela hegemonia na correlação de forças com a burguesia. É um partido onde as instâncias coletivas de formulação e definição política - diretórios, executivas e setoriais - vão cada vez mais assumindo um sentido meramente ritualístico.

25. A imposição, através do PED e do novo regulamento eleitoral, de uma nova dinâmica, alterou profundamente a composição eleitoral dos encontros setoriais. Um novo quorum, um novo critério numérico para tiragem de delegados nos foi empurrado garganta abaixo, sem prévia discussão com os coletivos dos setoriais. Os Encontros Setoriais Estaduais se despolitizaram ainda mais, acontecendo com urna aberta o dia todo e sem debate, baseados em esquemas de transporte e votos itinerantes, de pessoas que votaram em todos os setoriais somente para garantir a disputa pelo aparelho. O fato de não haver um critério para tiragem de delegados nas Secretarias Municipais proporcionou uma distorção jamais vista, com um reflexo na correlação de forças que não expressa a realidade, tendo conseqüências também a nível nacional. Somente no estado de São Paulo votaram praticamente 400 pessoas, sendo que apenas 4 cidades possuem Secretarias Municipais

organizadas.

26. Frente a tal realidade, não há lugar para desânimos ou rendições. Impõe-se para nós a luta para manter a defesa daquilo que é uma das mais altas realizações políticas (obviamente, obra coletiva e não propriedade de alguns), construída ao longo de toda nossa história: o PT. Trata-se de um combate pelo resgate de um projeto de partido funcional à luta pelo socialismo, democrático e de massas que continue a ser um espaço de aglutinação de militantes, que mantenha o compromisso com uma prática política e ideológica antagônica à chamada globalização e vinculada à luta socialista. Nosso partido é um partido especial na América Latina e no mundo onde é patente a perda de prestígio dos partidos perante o ativismo político e social que emerge nos combates contra o neoliberalismo e a globalização: ele persiste como referência partidária para parcelas crescentes de nosso povo.

27. É preciso que tiremos algumas lições do sucesso eleitoral obtido pelo PT em 2.000. Nossa vitória nas eleições municipais é o reconhecimento pela população de nossa capacidade de administrar e de nosso compromisso com a ética, mas para além disto, retratam uma sede de mudança, um voto acima de tudo na oposição. O governo FHC, neste final de mandato, se configura, aos olhos do povo, como um governo de recessão e desemprego, de incompetência evidenciada com a crise energética, e o PT é o único partido político com legitimidade para dar voz ao inconformismo e se firmar como uma alternativa nas eleições de 2002.

28. Quando afirmamos que “Falta Axé na Política Petista”, estamos denunciando a crise que vive hoje sua direção. O Axé é uma construção coletiva, baseada em princípios comunitários, e é um contraponto, uma forma de denunciarmos a contradição de um partido que se constrói hoje através de princípios anti-democráticos, personalistas e individualistas. Um PT com Axé é um PT socialista e democrático, e não um partido de notáveis.

29. Neste sentido, discordamos da forma como foi discutido o Plano Econômico do Instituto Cidadania (vendido pela mídia como plano do PT), que o Diretório Nacional só conheceu via imprensa burguesa, em um processo em que o Instituto Cidadania substituiu nossos espaços de direção e debate interno partidário. Isto posto, declaramos também que o Plano Econômico do Instituto Cidadania está na contra-mão dos anseios do país, estando longe de representar a busca pela mudança que o PT pode e deve encabeçar. Não acreditamos na busca desenfreada pela moderação, muito menos em mudanças sem enfrentamentos, ainda mais quando a pesquisa da CNI divulgada pela revista Veja nos aponta que 78% da população acredita que o estado precisa Ter maior presença na economia, 49% acham que o Brasil deve estatizar empresas estratégicas e 55% acham que o país precisa de uma revolução socialista para resolver os seus problemas.

Organização Interna: Inserindo Axé na Política Petista

30. É neste quadro que estamos apresentando nossa chapa para a militância anti-racismo do PT. Esta chapa nasce do acúmulo adquirido através de nossa trajetória de contribuição e reflexão para com este setorial.

31. Sonhamos com um partido que respeite as diferenças, que aglutine em suas fileiras as mulheres negras e a juventude negra. Somos pelo enfrentamento com o governo FHC, desnudando toda uma política racista e estabelecendo as bases que vão tornar nossa campanha vitoriosa em 2002. Propomos um debate internacionalista no PT, estabelecendo uma política de amplo apoio e relação com o continente africano e a América Latina.

32. Somos a favor da luta pela reconstrução e revitalização dos espaços de debate interno no

partido, que após o estrangulamento dos núcleos investe sobre os setoriais atualmente. É papel da(o) Secretária(o) de Combate ao Racismo pautar nossas bandeiras na direção nacional do partido, para que o PT afirme o seu compromisso com a luta anti-racismo no Brasil e no mundo.

33. O campo “**Falta Axé no PT**” esteve historicamente a frente de uma oposição contra toda uma concepção equivocada de construção da Secretaria de Combate ao Racismo, hegemônica desde sua fundação no interior do PT, que joga um peso excessivamente grande na figura do atual Secretário. Acreditamos que a última gestão não esteve a altura de nossos desafios, e que a construção de nosso setorial só se efetivará através de um colegiado forte e atuante, responsável pela nossa direção, articulação e organização, ao qual as ações da(o) Secretária(o) estarão subordinadas.

34. Entendemos que o papel da Secretaria de Combate ao Racismo é o de organizar e inserir a militância anti-racismo nos movimentos sociais, mobilizando para campanhas como a dos “Outros 500” e o debate acerca da Conferência da África do Sul, que passaram batidas pela falta de política da última gestão. Cabe também a Secretaria cobrar do partido como um todo, e de sua direção, um posicionamento e uma real inserção nestas campanhas.

35. O momento eleitoral que se aproxima vai nos colocar novamente frente a outra campanha pelo voto racial, que deve sair do planejamento e ir para as ruas, ao contrário do que aconteceu em 2000 com a campanha “Um voto com Raça e com Classe”.

36. A nova direção que assume os rumos da Secretaria a partir deste 7º Encontro deve priorizar este espaço tendo consciência de suas responsabilidades. Reconhecemos o GT - Juventude Negra eleito democraticamente em seu III Seminário no que se refere a sua legitimidade e autonomia política, assim como cabe a SNCR apoiar e subsidiar, fornecendo estrutura e condições materiais para que a Juventude Negra continue a produzir, proporcionando sua emancipação política, conforme atuação que se destacou na última gestão. É nossa responsabilidade cuidar para que o movimento hip hop entre na campanha 2002 de maneira mais qualificada do que em 98, através da construção de uma plataforma de políticas públicas, construída de maneira democrática pelo próprio movimento. Cabe também a nova direção a tarefa política de rearticulação da discussão de gênero com corte racial, através de elaboração a ser formulada pelas mulheres negras.

37. Propomos a nova gestão da SNCR um debate sobre nossa organização, que atualmente está extremamente fragilizada, atualizando nossa página na Internet, resgatando e publicando novos documentos, elaborações antigas e resoluções de encontros, articulando um boletim informativo periódico, enfim, dando organicidade a sua política de formação e conscientização da base.

38. Somente a organização da SNCR pode reaproximá-la de setores que se distanciaram, como os parlamentares negros, restabelecendo um diálogo que deve ser contínuo. É importante também impulsionar a criação de novas Secretarias Municipais e Estaduais, bem como restabelecer o contato com as que já existem.

39. Nossa direção deve acompanhar politicamente a agenda nacional do movimento negro, marcando presença e intervindo em espaços como o Fórum Social Mundial no início de 2002. É imprescindível também a inserção em campanhas como a de libertação de Mumia Abu Jamal e a do feriado nacional de 20 de Novembro em homenagem a Zumbi dos Palmares, que o movimento hip hop vem construindo e o feriado já existe em alguns locais.

40. É nosso também o papel de construir, democraticamente e com ampla participação da base, no decorrer do ano de 2002, nossas especificidades no programa de governo, sabendo que somente nossa inserção real nos movimentos sociais proporcionará forte embasamento para a construção deste programa.

41. A oposição em relação à ALCA deve vir acompanhada de uma proposta de relação bi-polar com o continente africano, aproximando-o do Brasil e estabelecendo relações políticas, diplomáticas, econômicas e culturais. Devemos também estabelecer um enfrentamento com o governo FHC e qualquer órgão ou iniciativa que vise esconder as desigualdades raciais existente no país, como é o caso da Fundação Palmares.

42. Acreditamos em um Partido dos Trabalhadores de massas, democrático, militante, plural e combativo, que tenha o socialismo como um horizonte estratégico, que se faça presente também nos terreiros de candomblé, nas rodas de break, de capoeira, de samba ou de funk, nos shows de rap, enfim, nos espaços onde as negras e os negros articularam historicamente sua resistência, através do ideal de que **“um mundo sem racismo é possível”**.

Assinam esta tese negras e negros que acreditam que um Brasil sem racismo é possível e propõem construção de uma Secretaria Nacional de Combate ao Racismo democrática, forte, militante e combativa.